

POLÍTICA EXTERNA E PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO: DOIS MOMENTOS DE SAN TIAGO DANTAS¹

FOREIGN POLICY AND NATIONAL PROJECT OF DEVELOPMENT: TWO MOMENTS OF SAN TIAGO DANTAS

Renato Ribeiro²

RESUMO: Francisco Clementino de San Tiago Dantas (1911-1964) foi um dos principais intelectuais desenvolvimentistas brasileiros do pós-guerra. Entre 1945 e 1964, seu pensamento político concentrou-se sobretudo nas relações internacionais do Brasil, tendo exercido grande influência na política externa brasileira. Neste artigo, pretende-se observar de que forma os projetos defendidos por ele para a política exterior no período se articulavam com os seus projetos para o país. Por meio da análise de seus textos, conferências, correspondências e documentos pessoais, busca-se identificar os principais argumentos e conceitos mobilizados pelo autor e suas continuidades e mudanças ao longo dos anos. Argumenta-se que suas ideias e propostas de política externa eram parte indissociáveis de planos de desenvolvimento nacional, com forte viés desenvolvimentista, espelhando sua vinculação aos desenvolvimentistas do setor público não-nacionalista, nos anos 1950, e aos desenvolvimentistas reformistas, nos anos 1960.

Palavras-chave: Desenvolvimentismo. Pensamento Internacional Brasileiro. Política Externa Brasileira.

¹A pesquisa que deu origem a este artigo foi financiada pela FAPESP.

² Mestre e Doutor em Ciência Política pela UFSCar, com estágio sanduiche na Universidade de Bolonha. Trabalha com as áreas de Pensamento Político Brasileiro, Pensamento Internacional Brasileiro e Política Externa Brasileira. É membro da International Network for Analysis of Corporatism and Organized Interests (NETCOR) e do grupo Ideias e instituições para o desenvolvimento e a democracia (CNPq/UFSCar). É editor da Revista Agenda Política (UFSCar)

ABSTRACT: Francisco Clementino de San Tiago Dantas (1911-1964) was one of the leading postwar Brazilian intellectuals. Between 1945 and 1964, his political thought focused on Brazil's international relations, having had a great influence on Brazilian foreign policy. In this article, I propose to observe the articulation between the projects defended by him for the foreign policy and his projects for the national development. By analyzing his texts, conferences, correspondence and personal documents, I seek to identify the main arguments and concepts mobilized by him and their continuities and changes over the years. I argue that his foreign policy proposals were inseparable from his developmentalist ideas, reflecting his link to non-nationalist public sector developmentalists in the 1950s and to reformist developmentalists in the 1960s.

Key-words: Developmentalism. Brazilian International Thought. Brazilian Foreign Policy.

Introdução

Apesar da política externa brasileira (PEB) ser vista comumente como uma política de Estado que apresenta continuidades que transcendem governos e está imune à luta política interna, diversos autores observaram que ela constituiu um importante instrumento dos governos desenvolvimentistas para atingir os objetivos de seus projetos nacionais de desenvolvimento. Segundo Vinentini (2004, p. 59), “Boa parte dos recursos necessários ao desenvolvimento deveriam ser obtidos no plano internacional, via comércio, empréstimos e transferência de tecnologia, tendo em vista os limites do setor interno”. Também Cerro (2007) caracteriza como desenvolvimentista a política externa implementada pelo Estado brasileiro entre as décadas de 1930 e 1980, tendo a industrialização se convertido

[...] no objetivo-síntese da política exterior, porque esperava-se das indústrias o aumento da riqueza, o provimento de meios de segurança, a abertura de negócios para a burguesia nacional, a expansão do emprego para as massas urbanas e a modernização da sociedade como um todo. (CERRO, 2007, p. 32).

Neste período, “a filosofia política [desenvolvimentista] informou o processo decisório em matéria de relações exteriores”, tendo o Estado brasileiro apresentado grande “coerência entre as macropolíticas internas e as diretrizes externas” (CERRO, 2007, p. 2), sendo importante notar que, neste processo de tradução do projeto desenvolvimentista para a PEB, tiveram grande relevância não apenas os diplomatas que monopolizam a sua formulação no país, mas também intelectuais e

políticos de diversos matizes ideológicos³.

Considerando que Francisco Clementino de San Tiago Dantas (1911-1964) foi um dos mais importantes tradutores do projeto desenvolvimentista para a política externa brasileira ao longo da República de 1946, neste artigo são analisadas sua trajetória e produção teórica entre os anos de 1948 e 1964. A partir da análise de textos, discursos, correspondências e documentos históricos (muito deles inéditos, provenientes de seu arquivo pessoal localizado no Arquivo Nacional e de pesquisa em periódicos da época), procura-se demonstrar a vinculação íntima entre suas concepções de projeto de desenvolvimento nacional e suas ideias e propostas para a política exterior brasileira, aprofundando este aspecto já assinalado em outros trabalhos (SERRA, 1991; GONÇALVES, 2010; PETROCCHI, 2015; RIBEIRO, 2016).

Dessa forma, na primeira seção, reconstrói-se a trajetória de San Tiago Dantas enquanto importante intelectual do campo desenvolvimentista e, nas seções seguintes, são identificados dois momentos distintos de sua trajetória político-intelectual em que suas formulações sobre a política externa refletem sua vinculação com a) os desenvolvimentistas do setor público não nacionalista (entre 1948 e 1954) e b) os desenvolvimentistas reformistas (entre 1955 e 1964).

1. San Tiago Dantas e o campo desenvolvimentista

Entre o final do século XIX e a década de 1950, ocorreu um processo de mudança profunda em relação às ideias econômicas no Brasil e ao entendimento de qual setor da economia (o agrário-exportador ou o industrial) reuniria as condições de modernizar o país (LUZ, 1975). Diante de sucessivas crises do setor agrário-exportador e do fortalecimento gradual da indústria nacional, o segmento industrial conseguiu reunir o consenso social necessário para converter “o projeto industrial em questão nacional e acionar o Estado em sua defesa” (CEPÊDA, 2012a, p. 115), principalmente a partir da década de 1930.

O projeto desenvolvimentista que tomou forma no Brasil a partir dos anos 1930, principalmente durante o Estado Novo (1937-1945), intensificou-se entre o segundo governo de Getúlio Vargas e o governo de João Goulart (1951-1964) e continuou, modificado, sob os governos militares (1964-1985) pode ser descrito como a “proposta de garantir a presença maciça do Estado na economia, de modo a viabilizar a superação do subdesenvolvimento e a emancipação econômica e política através de um processo de industrialização” (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 131). O desenvolvimentismo foi um arranjo teórico e político que partia da constatação da existência de

³Além dos trabalhos pioneiros de Cheibub (1985) e Barros (1986), recentes trabalhos têm atualizado a compreensão do insulamento burocrático do Itamaraty na formulação da política externa brasileira, o papel de novos atores e das ideias políticas. Conferir, por exemplo: Faria (2008), Farias (2009), Figueira (2009), Lopes et al. (2010), Puntigliano (2008), Vedoveli (2010).

uma deficiência estrutural e crônica na periferia do capitalismo (o subdesenvolvimento) e propunha sua superação por meio de “um projeto de transformação social profunda, operada politicamente de maneira racional e orientada pelo Estado, vinculando economia e avanço social” e que, portanto, “é mais que desenvolvimento: é mudança social sistêmica, orientada e sustentada politicamente” (CEPÊDA, 2012b, p. 79).

San Tiago Dantas foi um dos principais intelectuais brasileiros que, sobretudo no pós-guerra, defendeu e capitaneou projetos de caráter desenvolvimentista em suas diversas esferas de atuação, com grande influência no Direito Civil, na advocacia, na formulação de políticas políticas (sobretudo a política externa) e na política partidária. Nascido em 30 de outubro de 1911, no Rio de Janeiro, em família de militares, San Tiago Dantas entrou para a Faculdade Nacional de Direito (RJ) em 1928 e compôs o Centro Acadêmico de Estudos Jurídicos (CAJU), destacando-se entre o círculo católico e anti-liberal da capital federal. Entre 1933 e 1937, foi filiado à Ação Integralista Brasileira, defendendo propostas de cunho autoritário e corporativista nesses anos. Somente no final da década de 1930 e sobretudo em 1942, quando o Brasil declara guerra contra os países do Eixo, Dantas se afastaria ideologicamente do campo fascista e se juntaria ao Estado Novo na campanha de união nacional (MIRANDA, 2009). A partir de sua conversão político-ideológica, Dantas se aproximaria cada vez mais de intelectuais e políticos desenvolvimentistas (RIBEIRO, 2021).

Em 1943, Dantas representou o Brasil na 1ª Conferência de Ministros de Educação das Repúblicas Americanas, no Panamá, e em março de 1944, foi nomeado por Vargas ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), órgão ligado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Criado em dezembro de 1943 e extinto após a queda do Estado Novo, o CNPIC tinha como função a “definição das diretrizes da política industrial e comercial que iriam nortear a transição da economia de guerra para a economia de paz” (CONSELHO... [s.d.]). Composto também por Alexandre Marcondes Filho, Roberto Simonsen e Rômulo Almeida, o CNPIC constituiu um dos principais espaços de formulação de um ideário (proto-)desenvolvimentista em contraposição a órgãos inspirados pela ortodoxia econômica, como o Comissão de Planejamento Econômico, comandado por Eugênio Gudin⁴.

Apesar de sua participação no Estado Novo, ao longo de 1945, San Tiago Dantas se aproximou do campo anti-varguista que se agrupava na União Democrática Nacional (UDN), tendo no entanto permanecido fora da política até o início dos anos 1950. Durante o governo

⁴Simonsen e Gudin protagonizaram nesses anos um célebre debate sobre o planejamento econômico, registrado em Von Doellinger (1978).

Dutra, entre 1948 e 1949, Dantas participou como consultor jurídico da Missão Abbink⁵, sendo responsável pelo relatório final da Subcomissão de Investimentos, publicado em fevereiro de 1949 e transformado em lei em janeiro de 1950. Um artigo escrito no jornal *O Estado de São Paulo*, em janeiro de 1950, considera que “A tese do professor San Tiago Dantas [...] é, talvez, dos trabalhos de cunho oficial, o mais completo até hoje elaborado sobre o problema do tratamento a ser dispensado aos capitais estrangeiros no Brasil”⁶.

Pela defesa da participação de capitais estrangeiros no desenvolvimento brasileiro e pelos posicionamentos sobre a inflação, a missão contribuiu para a demarcação das diferenças entre os economistas dela participantes. A missão “funcionou como um catalisador de posições antagônicas previamente definidas” (SOLA, 1998, p. 88), delineando-se a partir de então divisões entre cosmopolitas e nacionalistas que se acentuaram nos anos seguintes.

Entre 1949 e 1958, Dantas foi vice-presidente da refinaria de petróleo de Mangueiras, no Rio de Janeiro, pertencente ao grupo Peixoto de Castro. Em 1952, assumiu o cargo de diretor do Banco Moreira Salles. A proximidade com o grupo empresarial pôs Dantas em contato com grandes empresas, para as quais passou a prestar seus serviços de advocacia, tais como a Monte Cassini, a Champion Papel e Celulose e a multinacional italiana Snia-Viscosa. Participou também da direção de diversas outras empresas, como a Cimento Portland Branco do Brasil e a Refinaria União. (NASSIF, 2019, p. 178). Dantas foi responsável por traduzir para o Direito Público e Privado muitas das novas noções e institutos que surgiam durante o processo de profunda transformação da sociedade brasileira nas décadas do pós-guerra⁷. Consta que se deve a Dantas a introdução no Direito brasileiro das noções de empresa pública, da holding moderna, do condomínio acionário (gérmen dos fundos mútuos de investimento) e do reajuste monetário de contratos (embrião da correção monetária) (DE-MATTIA, 2000, p. 533; MOREIRA, 1983, p. 46)⁸.

⁵“Nome com que se tornou conhecida a Comissão Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, formada em 1948 por um grupo de técnicos norte-americanos enviados ao Brasil sob a direção de John Abbink e por um grupo de técnicos brasileiros chefiados por Otávio Gouveia de Bulhões. Tendo por objetivo analisar os fatores que tendiam a promover ou a retardar o desenvolvimento econômico brasileiro, essa comissão mista retomava o princípio da cooperação econômica estabelecido pela Missão Cooke em 1942. O resultado de seus trabalhos, publicado em fevereiro de 1949, ficou conhecido como Relatório Abbink.” (MISSÃO..., [s.d.]).

⁶*O Estado de São Paulo*, 19/01/1950.

⁷Como diz sobre o Direito Privado, em 1951: “Ao atingir o meado do século a obra se impõe à consciência jurídica como o mais imperioso reclamo da evolução do direito privado, é inegavelmente a codificação e a reforma do direito comercial. As transformações da economia brasileira no sentido de uma diversificação cada vez maior de atividades e de uma ampliação de escala dos empreendimentos, conduzem o sistema legal a deficiências insanáveis, que se tornam embaraços à evolução. A conquista de uma superfície econômica maior, o aceleração do processo de criação de riqueza, que é hoje um imperativo da maturação social do país reclamam a instauração de uma nova fase, que poderá ser o aperfeiçoamento da fase contemporânea, pois sem ela ficarão sem sentido muitas das modificações já realizadas. O novo direito comercial, que espera, será um dos instrumentos da transição histórica em que o país se acha empenhado.” (DANTAS, [1951] 2015, p. 10). Parte dos estudos e pareceres de San Tiago encontra-se em *Problemas de Direito Positivos* (DANTAS, [1953] 2004a).

⁸Sobre sua atuação como jurista e sua produção jurídica, ver também FARIA, 2016.

Segundo Nassif (2003), “Como diretor do banco, San Thiago ajudou nos negócios de Moreira Salles, conferindo clareza jurídica a um mundo de operações modernas que a economia brasileira praticamente desconhecia”.

Na primeira metade dos anos 1950, durante o governo de Getúlio Vargas (1951-1954), San Tiago Dantas retomou sua participação na política (embora ainda sem filiação e militância partidária), tendo assessorado o presidente e o Ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, e desempenhado importante papel nos esforços desenvolvimentistas que amadureceram nesses anos⁹. Enquanto na Assessoria Econômica de Vargas encontravam-se os “desenvolvimentistas do setor público nacionalistas” (BIELSCHOWSKY, 1988), tais como Rômulo Almeida, Dantas participou dos espaços que reuniam os “desenvolvimentistas do setor público não nacionalistas” (BIELSCHOWSKY, 1988), tais como Roberto Campos, que “atuavam de modo crescente como intelectuais orgânicos de grupos privados, estrategicamente alojados no setor público” (BARBOSA; KOURY, 2012, p. 1086)¹⁰ e concentraram-se sobretudo no Ministério da Fazenda (Horácio Lafer) e das Relações Exteriores (João Neves da Fontoura), comandando importantes espaços de cooperação para o desenvolvimento com os EUA, como a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) e o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos.

Dantas participou, desde antes da posse do governo de Vargas, de grupos e comissões constituídas para debater a posição que o novo governo defenderia na IVª Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos¹¹, a ser realizada em março de 1951 em Washington (EUA). Durante a reunião em abril, Dantas integrou a delegação brasileira como Conselheiro Econômico, sendo o principal responsável pelas posições brasileiras em relação ao item III (cooperação econômica de emergência)¹², prioridade para o governo brasileiro. Durante a estadia nos Estados Unidos, também

⁹A fase de 1945-1955 é de amadurecimento do desenvolvimentismo e a próxima (1956-1960) de seu apogeu. (BIELSCHOWSKY, 1988).

¹⁰Sobre as diferenças entre os dois grupos: “A despeito das nuances que separavam os dois grupos, durante o segundo Governo Vargas, teria ocorrido “uma fertilização recíproca entre os dois grupos de técnicos”, dissolvendo de maneira gradual, mas não definitiva, as diferenças de origem doutrinária. Aglutinavam-se em torno de uma ideia força-unitária: o desenvolvimento acelerado como prioridade essencial, o que, aliás, diferenciava os técnicos cosmopolitas da abordagem mais rígida de Eugênio Gudin. O abismo ético – passível de ser resumido na disjuntiva nação ou mercado – parecia, ao menos até o momento, congelado. Essa coexistência entre os dois grupos de técnicos desenvolvimentistas seria reforçada durante o governo de JK, ao mesmo tempo em que se criavam as condições via internacionalização do mercado interno e estreitamento das opções políticas, já no período posterior pré-golpe, para seu distanciamento irreconciliável.” (BARBOSA; KOURY, 2012, p. 1088).

¹¹As Reuniões de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores das Nações Americanas foram um instrumento criado no âmbito do sistema interamericano na década de 1930, tendo sua primeira edição ocorrida no Panamá, em 1939, com o objetivo de combinar a ação externa conjunta dos países em relação à 2ª Guerra Mundial. A IVª Reunião foi convocada em dezembro de 1950 pelos Estados Unidos e ocorreu em 26 de março de 1951, com o objetivo de discutir com os países latino-americanos os esforços coletivos necessários, econômicos e militares, para a defesa do hemisfério diante das “agressões soviéticas”.

¹²Carta de João Neves da Fontoura a San Tiago Dantas, reconhecendo o papel de San Tiago na preparação e durante a Conferência. 11/04/1951. Localização: Fundo San Tiago Dantas, Arquivo Nacional, AP 47, caixa 23, pacotilha 1. Ver também: Carta de Antonio Gallotti a San Tiago Dantas. 16/05/1951. Localização: Fundo San Tiago Dantas,

participou de uma cerimônia oferecida pela *Standard Oil of New Jersey* a várias personalidades brasileiras, em Nova York, em 13 de abril, onde discursou, e das negociações bilaterais entre o governo brasileiro e o norte-americano acerca da instalação da Comissão Mista¹³. Entre 1951 e 1953, San Tiago integrou a CMBEU, que tinha como foco promover o desenvolvimento brasileiro por meio do financiamento norte-americano, via Eximbank ou Banco Mundial. Apesar das divergências entre nacionalistas e não nacionalistas, a CMBEU apoiou a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952, tendo sido Dantas cogitado para ser o seu primeiro presidente¹⁴.

Assessor pessoal de Vargas durante os estudos preparatórios do anteprojeto de criação da Petrobrás, em 1951, San Tiago elaborou um parecer sobre empresas públicas e sociedade de economia mista¹⁵ que embasou o projeto encaminhado pelo governo ao Congresso Nacional em outubro de 1951. Dantas assessorou também o presidente no projeto de reorganização da estrutura ferroviária nacional e de criação da Rede Ferroviária Federal, enviado ao Congresso em abril de 1952. À convite de Fontoura, entre 1952 e 1953, participou de uma comissão para discutir reformas no Itamaraty, da qual participavam membros da instituição e externos, como Roberto Campos, Hermes Lima e Rômulo Almeida¹⁶. Dantas também auxiliou o ministro na escrita do discurso brasileiro proferido na Assembleia Geral da ONU em 1952¹⁷, que marcou uma guinada na diplomacia brasileira ao ressaltar o problema do subdesenvolvimento (CORRÊA, 2007, p. 81–82), e teve importante atuação nas negociações com o Congresso Brasileiro para a aprovação do Acordo Militar¹⁸, firmado entre Brasil e Estados Unidos em março de 1952 e bastante combatido pelos setores civis e militares nacionalistas.

Em 1955, distanciando-se da UDN e setores de oposição à Vargas, por sua crescente posição anti-popular e anti-democrática¹⁹, Dantas filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro,

Arquivo Nacional, AP 47, caixa 23, pacotilha 1.

¹³Carta de San Tiago Dantas para Bernardino de Mattos Neto. 28/06/1951. Localização: Fundo San Tiago Dantas, Arquivo Nacional, AP 47, caixa 27.

¹⁴*Diário Carioca*, 17/06/1952.

¹⁵Reorganização de empresas estatais (Trabalho elaborado a pedido do Presidente Vargas e entregue a 21/09/1951). Localização: Fundo San Tiago Dantas, Arquivo Nacional, AP 47, caixa 32, pacotilha 4.

¹⁶Documentos sobre a comissão e correspondências entre os membros disponíveis na caixa 31, pacotilha 4 do Fundo San Tiago Dantas (Arquivo Nacional). Há também menção sobre uma comissão de estudos de reforma no Itamaraty da qual participava San Tiago Dantas e Antonio Gallotti. (Carta de Gallotti para Dantas. 18/05/1951. Localização: Fundo San Tiago Dantas, Arquivo Nacional, AP 47, caixa 23, pacotilha 1).

¹⁷Carta de João Neves da Fontoura a San Tiago Dantas. 14/10/1951. Localização: Fundo San Tiago Dantas, Arquivo Nacional, AP 47, caixa 23, pacotilha 1. A resposta de Dantas foi enviada em 1 de novembro (caixa 27). O discurso foi pronunciado por Fontoura na Assembleia Geral da ONU em 11 de novembro de 1952.

¹⁸Carta de João Neves da Fontoura a San Tiago Dantas, agradecendo pelos serviços prestados nas negociações com o congresso. 11/11/1952. Localização: Fundo San Tiago Dantas, Arquivo Nacional, AP 47, caixa 23, pacotilha 1.

¹⁹Carta de San Tiago Dantas a Demóstenes Madureira de Pinho. 19/11/1955. Localização: Fundo San Tiago Dantas, Arquivo Nacional, AP 47, caixa 8, pacotilha 1.

aproximando-se do grupo de João Goulart. Com a ausência de Vargas e com a abertura de espaços para a disputa interna pelos rumos doutrinários e organizacionais do partido, Dantas foi capaz de reverter seu capital simbólico enquanto professor e intelectual e posicionar-se como um importante ideólogo do trabalhismo petebista, em sua vertente moderada²⁰.

Em 1957, Dantas tornou-se dono e editor do *Jornal do Commercio*, um dos mais tradicionais diários brasileiros, deixando as demais atividades empresariais com que era envolvido. Sob sua direção, declarou que “[o Jornal do Commercio] até aqui muito discreto, atuando quase nos bastidores, vai saltar para o front mais movimentado da política brasileira” (DANTAS apud ONOFRE, 2012, p. 28). Escrevia diariamente na seção *Várias* divulgando o seu trabalhismo:

Com uma imprensa hostil ao PTB e às ideias trabalhistas, o jornal de San Tiago Dantas cumpriu, durante os anos de 1957 a 1959, um papel relevante de apoio ao governo de Juscelino – amigo pessoal de San Tiago – não sem críticas, mas, principalmente, como um veículo de difusão e propaganda do nacionalismo e do desenvolvimentismo. (ONOFRE, 2012, p. 28).

Em 1958, foi eleito deputado federal pelo PTB-MG, ocupando a vice-liderança do bloco parlamentar PTB-PSD de apoio ao governo de JK. O período entre 1959 e 1964, sobretudo durante o governo de João Goulart (1961-1964), pode ser considerado como os anos de maior protagonismo intelectual e político de San Tiago Dantas, quando atingiu os postos mais importantes no Legislativo e no Executivo Federais e suas ideias incidiram de forma mais relevante no debate público. Neste período de grave crise político-econômica, o bloco desenvolvimentista que havia se mantido coeso durante a década de 50 ruiu e dividiu-se em três posições: conservadora, reformista e revolucionária (BIELSCHOWSKY, 1988). Dantas se posicionou dentro do grupo desenvolvimentista reformista, defendendo e capitaneando diversos projetos políticos nessa direção a partir de 1959, quando teve início seu mandato de Deputado Federal.

Em 30 de março de 1959, em seu primeiro discurso no plenário da Câmara dos Deputados representando o PTB, San Tiago propôs o programa das chamadas Reformas de Base em nome do partido. Em agosto, integrou a comissão brasileira à Vª Reunião de Chanceleres Americanos, em Santiago do Chile, onde desempenhou relevante papel na redação da Declaração de Santiago, um dos mais importantes documentos do sistema interamericano. Em 22 de agosto de 1961, já uma reconhecida liderança política, San Tiago Dantas foi nomeado, pelo presidente Jânio Quadros, embaixador do Brasil na ONU, embora não tenha assumido o cargo devido à renúncia de Quadros.

No governo parlamentarista de João Goulart tornou-se Ministro das Relações Exteriores, em 11 de setembro de 1961, comprometendo-se no seu discurso de posse a dar continuidade e aprofundar a Política Externa Independente (PEI), iniciada por Quadros e Afonso Arinos. Como

²⁰O trabalhismo de Dantas e sua trajetória no PTB foram analisados por Gomes (1994) e Onofre (2012).

chanceler, chefiou a delegação brasileira na Conferência de Ministros em Punta Del Este, quando Cuba foi expulsa da OEA, contra o voto do Brasil, e foi o responsável pelo reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a URSS. Deixou o MRE em 25 de junho de 1962.

Candidatou-se ao cargo de Primeiro Ministro após a saída de Tancredo Neves, mas seu nome foi rechaçado pela maioria dos parlamentares. Com o retorno do presidencialismo, Dantas foi nomeado por Jango Ministro da Fazenda, tendo sido responsável, juntamente com Celso Furtado (Ministro do Planejamento), pela tentativa de implantação do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social.

Afastado da política desde junho de 1963, por causa de um câncer, Dantas já bastante doente passou a trabalhar em outubro pela articulação de uma frente política moderada de apoio às reformas de base e a João Goulart, a Frente Progressista pelas Reformas de Base, em uma tentativa frustrada de conter a radicalização política que levou ao golpe de 1964 (GOMES; FERREIRA, 2014). Em 6 de setembro de 1964, Dantas morreu. Nas próximas seções, vejamos de que forma suas propostas para a política externa brasileira vincularam-se aos projetos de desenvolvimento defendidos pelo autor em dois momentos distintos de sua trajetória.

2. Um Plano Marshall para o Brasil: Dantas e os desenvolvimentistas do setor público não nacionalistas (1948-1954)

Apesar de não ser economista, Dantas participou de arenas nas quais pode debruçar-se sobre a economia brasileira e compará-la com o restante do mundo: desde o CNPIC (1944-1945), passando pela Missão Abbink (1948-1949) e pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953), além de reuniões de organismos interamericanos representando o Brasil nas quais o tema do desenvolvimento econômico despontava com grande destaque. A partir dessas experiências, e certamente atento às inovações teóricas da CEPAL²¹, entre o fim da década de 1940 e início da década de 1950, Dantas incorporou às suas reflexões o diagnóstico do subdesenvolvimento, dotando de maior consistência os temas do “atraso” de alguns países em relação a outros e dos problemas decorrentes das desigualdades de meios de produção entre eles, que já figuravam em seu ensaio “A crise como desajustamento da cultura” (DANTAS, 1947) ainda de forma bastante superficial.

Em *Investimentos Estrangeiros no Brasil* (DANTAS, 1950), relatório apresentado à Missão

²¹A única menção direta aos estudos da CEPAL encontrada nos escritos de Dantas consta em suas recomendações para a construção da posição brasileira na Reunião de ministros da Fazenda ou da Economia na IV sessão extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social da OEA, realizada no Rio de Janeiro em novembro de 1954. No documento, Dantas baseia-se nas “análise das diversas sugestões apresentadas na documentação da Cepal, do Cies, do Itamaraty e do CICP” (DANTAS, 1954, grifos do autor), mas é bastante provável que os tenha lido já anteriormente, mesmo sem citá-los.

Abbink, em 1949, o diagnóstico de Dantas considerava que o país acumulava uma série de obstruções a seu desenvolvimento, em especial a necessidade de vultosos investimentos em serviços públicos, meios de transporte, aproveitamento de potencial hidráulico, exploração de recursos minerais, agricultura intensiva e industrialização de produtos primários obtidos no país.

No entanto, considerava que o Brasil se caracterizaria como um país subcapitalizado, não dispondo do capital necessário para, sozinho, impulsionar essas transformações. Diante da insuficiência de capitais nacionais, públicos ou privados, a única solução seria contar com a colaboração de investimentos estrangeiros, tanto públicos quanto privados. E para tanto teria de ser formulada uma política de investimento que fosse, por um lado, consistente e estável para conseguir atraí-los e, de outro, conectado com o objetivo de desenvolvimento intensivo da economia, direcionando-os para as áreas mais primordiais.

Em primeiro lugar, o Brasil deveria tomar medidas gerais que estimulassem os investimentos no país, tais como estancar a inflação, sanear a situação monetária, organizar o crédito, dotar de clareza e previsibilidade as intervenções do Estado na economia, bem como a legislação. Tomando-se essas medidas, “o processo de capitalização se faria normalmente e os capitais estrangeiros seriam gradualmente atraídos” (DANTAS, 1950, p. 10), no entanto, o desenvolvimento intensivo só seria alcançado se fossem tomadas medidas específicas levando em consideração as peculiaridades da economia brasileira.

Entre as medidas específicas propostas, do ponto de vista dos investimentos privados estrangeiros, Dantas propôs a adoção de um sistema de liberdade ponderada, que procurava impor certas restrições à liberdade de investimento e de circulação de capitais, sem no entanto abdicar do livre mercado e cair no dirigismo econômico (DANTAS, 1950, p. 18). Os investimentos deveriam ser divididos em duas categorias: os comuns e os favorecidos. Os comuns continuariam a poder realizar suas atividades de acordo com os limites impostos pela Constituição. Os favorecidos deveriam receber incentivos no âmbito cambial/saída de capital; fiscal (isenções, compras governamentais). A intenção não era apenas atrair os investimentos, mas “influenciar, tanto quanto possível, o encaminhamento desse capital para as aplicações de repercussão mais intensa na economia geral” (DANTAS, 1950, p. 18).

Dentre os objetivos pretendidos por esse plano de investimentos, pode-se observar muitos dos objetivos da política desenvolvimentista que tomava forma no Brasil: os efeitos multiplicadores para o mercado interno, a necessidade de substituição de pelo menos uma parte das nossas importações por produtos nacionais, a incorporação de tecnologia e da experiência estrangeira para melhora da produtividade.

Ainda que o foco do relatório tenha sido o capital privado, o texto também propunha

medidas específicas para o capital público: o desenvolvimento de um programa de cooperação econômica negociado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos. Dantas argumenta que as condições de circulação internacional dos capitais haviam se transformado desde a era de liberalismo econômico que marcou o mundo até a 1ª Guerra Mundial, tendo os ingleses como propulsores dessa ordem. A Inglaterra tendia a investir nos países de onde provinham as matérias-primas para sua indústria; a situação havia mudado com a ascensão dos EUA à liderança mundial, uma vez que os EUA supriam suas necessidades com matérias-primas próprias.

Desse modo, a concepção clássica da teoria econômica não mais se aplicava nessa situação e novos mecanismos, sobretudo a cooperação econômica internacional, deveriam ser aplicados para “corrigir” a circulação de capitais. Mais do que um imperativo moral, a ajuda externa a certos países e regiões subdesenvolvidas constituiria uma necessidade para a consolidação da hegemonia norte-americana.

A drenagem de capitais americanos para o exterior torna-se um imperativo da defesa da estrutura internacional em que os EUA se acham integrados, e será feita compulsoriamente pelos órgãos dirigentes da política econômica americana, mesmo contrariando a tendência espontânea dos capitais particulares. Nesse sentido o Plano Marshall é um super-exemplo do movimento que os EUA terão de repetir, em menor escala, em direção de outras regiões devastadas ou subdesenvolvidas. (DANTAS, 1950, p. 13).

A partir dessa interpretação, propunha-se um acordo entre Brasil e Estados Unidos que articulasse um programa de fornecimento regular de matérias-primas brasileiras para os EUA, em especial manganês e minério de ferro, com um programa de investimentos públicos dirigidos para a economia brasileira, ajudando a desenvolver os setores de energia elétrica, transporte, agricultura e indústrias correlatas.

A partir de 1951, o problema do subdesenvolvimento será melhor compreendido e explorado por Dantas. Em sua primeira conferência na Escola Superior de Guerra, Dantas discorreu sobre os *Problemas do Extremo Oriente* (DANTAS, [1951] 2014), em um momento em que ocorria a Guerra da Coreia. Traçando as principais linhas de evolução da economia e da política de países como China, Coreia e Japão desde o século XIX, Dantas caracterizou o subdesenvolvimento asiático que, segundo o autor, apresentava muitas semelhanças com a situação dos países latino-americanos.

Com exceção do Japão, em geral, os países da região eram sociedades subdesenvolvidas, “exportadores de produtos primários, especialmente os agrícolas, obtidos por meio de mão de obra de custo reduzido e importadores de manufaturas” (DANTAS, [1951] 2014, p. 35), com carência crônica de capitais domésticos, baixíssimo nível da renda individual e baixíssima produtividade técnica. Essa situação se havia instalado com o imperialismo ocidental, sobretudo na China, que

instalara uma “economia de espoliação” no país. Por um lado, os investimentos metropolitanos exerciam uma ação depressiva sobre o preço dos produtos primários, “porque, tornando-se ela própria produtora de bens primários nos países que os exportam, influi no sentido da manutenção de baixos níveis de preço para esses produtos” (DANTAS, [1951] 2014, p. 38). Por outro, a troca de produtos primários por manufaturados que caracterizava o comércio da China e outros países com as potências metropolitanas gerava perdas crescentes para a sua economia. Nesse ponto, Dantas assume a tese da “deterioração dos termos de troca” central na teoria cepalina.

É sabido que esse tipo de intercâmbio representa um empobrecimento contínuo para os países produtores de matérias-primas, cujos preços não evoluem da mesma forma que os das manufaturas, estas encarecem mais rapidamente, o que faz com que a mesma quantidade de produtos primários compre uma quantidade cada vez menor de manufaturas. (DANTAS, [1951] 2014, p. 38).

No texto *Emergência e desenvolvimento* (DANTAS, 1984), escrito em 1951 ou 1952 (data incerta), Dantas aprofundou sua análise sobre o subdesenvolvimento brasileiro e latino-americano. Trata-se de um relato sobre o pensamento que guiou a formulação da posição brasileira para a IVª Reunião de Chanceleres de Americanos (Washington, 1951) e da atuação da delegação na conferência. A questão da “cooperação econômica de emergência” assumiu centralidade na reunião, uma vez que a Guerra da Coreia exigia que os Estados Unidos buscassem acesso a matérias-primas dos países latino-americanos. A situação se mostrava vantajosa para o Brasil insistir na ideia de obter investimentos públicos dos EUA como havia indicado no Relatório Abbink.

Dantas foi o principal formulador da estratégia brasileira neste item, tendo a ideia de subdesenvolvimento desempenhado papel central em sua argumentação. Para ele, o continente era marcado por um profundo antagonismo entre os Estados Unidos e os países latinoamericanos, tanto econômico quanto político-militar. O autor diferenciava os países entre os Estados Unidos, “que se apresentam na plenitude do desenvolvimento econômico, detendo os recursos com que podem impulsionar a economia de todo o ocidente” (DANTAS, 1984, p. 103), e os latino-americanos, “que se apresentam como áreas sub-desenvolvidas, em geral produtoras de produtos primários e importadoras de manufaturas, com rendas nacionais baixas per capita, e deficiência crônica de capitais” (DANTAS, 1984, p. 103)²².

No âmbito político e militar, o antagonismo entre as duas áreas se expressava, em primeiro

²²Observava também diferenciações dentro do bloco latino-americano: “Entre os países latinos já é possível distinguir alguns sub-grupos, com características próprias: no primeiro estarão incluídos os países em processo de diferenciação econômica crescente e de aumento progressivo da renda nacional, alguns com possibilidades naturais extensas e acumulação rápida de população, como o Brasil e a Argentina, outros com possibilidades mais limitadas, como o México, o Chile e o Uruguai; no segundo, estarão incluídos os países com padrões de produção mais atrasados e índices de desenvolvimento menos animadores, como alguns países da América Central e os países mediterrâneos da América do Sul” (DANTAS, 1984, p. 103).

lugar, quanto ao raio de ação e interesses: os EUA tinham responsabilidades mundiais, enquanto os demais países americanos se limitavam à esfera regional. Em segundo lugar, Dantas argumentava que, em face da possível agressão soviética, os EUA eram mais suscetíveis a ataques de ordem militar, enquanto os latino-americanos, devido às imensas debilidades sociais, estavam mais propensos à agressão de tipo social pela potência socialista:

[...] o perigo imediato atual que preocupa os governos latinos é a agitação comunista interna, favorecida pelo sentimento de frustração das massas populares e das classes intelectuais, em países condenados ao pauperismo e ao avassalamento econômico aos grandes mercados financeiros e industriais. (DANTAS, 1984, p. 104).

No entanto, esse antagonismo “irrecusável” não significava que não pudesse haver unidade de interesses e objetivos entre os dois blocos; o seu reconhecimento, ao contrário de debilitar o sistema interamericano, seria condição necessária para fortalecê-lo. A estratégia formulada por Dantas para a Reunião partia do pressuposto de que “a cooperação econômica impõe aos países sub-desenvolvidos ônus comparativamente maiores do que os suportados pelos grandes Estados industriais” (DANTAS, 1984, p. 101), especialmente durante situação como a economia de emergência para as guerras.

Diante de uma nova guerra e da demanda por matérias-primas para o fim bélico, Dantas dividiu a questão da “cooperação econômica de emergência” (item 3 da pauta da Reunião) em duas partes: emergência e desenvolvimento. Levou dessa forma para as negociações a ideia de que a mobilização econômica do hemisfério para a defesa militar não poderia estar separada de uma cooperação que visasse o desenvolvimento intensivo dos países subdesenvolvidos. Dessa forma, como contrapartida, defendia como indispensável que:

os Estados Unidos cooperem para as exportações temporárias dos países sub-desenvolvidos, criadas pela situação de emergência, fornecendo-lhes recursos que evitem a desaplicação dos capitais domésticos das atividades permanentes, em que se encontram, e o seu investimento em atividades fadadas a desaparecer. [...] O Brasil espera que os Estados Unidos concordem em fomentar a indústria nascente dos países latino-americanos, importando em lugar de matérias primas, produtos beneficiados, sempre que o país exportador esteja tecnicamente aparelhado para o beneficiamento. (DANTAS, 1984, p. 113-4).

Além disso, a argumentação de Dantas explicitava a relação entre a situação de subdesenvolvimento e a ameaça de infiltração ideológica soviética nos países latinoamericanos, de forma que a promoção do desenvolvimento serviria aos interesses hegemônicos dos Estados Unidos. O fortalecimento da estrutura econômica dos países e uma política de elevação do bem estar social serviriam, antes de tudo, à “esterilização dos focos de agitação política que se nutrem do desnível econômico excessivo entre os povos do hemisfério” (DANTAS, 1984, p. 115) e constituíam “um imperativo de preservação da ordem democrática no Ocidente e de defesa, a

longo termo, da unidade do bloco político formado pelas nações livres” (DANTAS, 1984, p. 114).

A categoria de subdesenvolvimento e a ideia de sua superação por meio de um plano de desenvolvimento intensivo que aumentasse o nível de bem estar social tomaram forma no pensamento de Dantas entre os anos de 1948 e 1954. Nesse período, quando Dantas participou dos principais espaços monopolizados pelos desenvolvimentistas do setor público não nacionalista, o autor apostou na estratégia da cooperação econômica internacional, sobretudo demandando uma espécie de Plano Marshall para o Brasil, como forma de superar o problema do subdesenvolvimento. Se até o fim de sua vida, o diagnóstico do subdesenvolvimento seguiu sendo central em seu pensamento, as formas de enfrentá-lo, sobretudo por meio da ação externa, serão aos poucos reformulados, desembocando na Política Externa Independente, de 1961-1962.

3. Uma política externa para a Revolução Brasileira: Dantas e os desenvolvimentistas reformistas (1955-1964)

Em suas palestras ao longo de 1955, Dantas defendeu que o Brasil se encontrava imerso numa crise profunda que ameaçava levar ao seu declínio enquanto sociedade independente. O principal problema brasileiro daquele momento para o autor era o do desenvolvimento econômico, uma vez que, diante do crescimento populacional acelerado que se verificava, o país deveria encontrar meios de manter um crescimento da renda nacional superior a ele. Desenvolver de forma intensiva o país constituía, portanto, um interesse vital para o Brasil.

O afastamento de Dantas dos grupos anti-varguistas (dentre os quais estavam os desenvolvimentistas do setor público não nacionalistas) e sua entrada para o Partido Trabalhista Brasileiro em 1955 foram acompanhados de uma reformulação em seu pensamento sobre a capacidade das elites e das massas brasileiras para levarem adiante um plano de desenvolvimento para o Brasil. Dantas julgava que as elites brasileiras se mostravam cada vez mais incapazes de compreender e liderar o processo de desenvolvimento e passou a enxergar as classes trabalhadoras como o setor social que reuniria as condições de fazê-lo.

Para ele, a imensa massa trabalhadora que constituía o povo brasileiro já dava sinais de sua emancipação, mas ainda caminhava “às cegas”, encontrando-se naquele momento sob uma dupla ameaça: a sedução do cesarismo demagógico, “que sobre ele pode tentar fundar uma nova e inútil aventura fascista”, e a atração exercida pelo comunismo internacional, “que representaria, em modelos modernos, a clássica desintegração da sociedade por uma submissão a um desígnio externo” (DANTAS, 1955, p. 30).

Diante disso, Dantas afirmou na conferência de abertura do ISEB, em 1955, que os intelectuais tinham um papel essencial a desempenhar na solução da crise brasileira. Por um lado,

deveriam compreender as necessidades do desenvolvimento e propor as formas pelas quais a sociedade brasileira poderia sustentá-lo. Por outro, os intelectuais deveriam pôr-se ao lado da classe que reunia as condições de realizar o desenvolvimento no país: as massas populares, o povo brasileiro²³. Deveriam, dessa forma, servir ao povo em sua marcha de ascensão, compreendê-lo, viver os seus problemas e “forjar-lhes uma consciência de suas aspirações, preservando-o das capturas por forças estranhas para que dêle mesmo se plasme uma nova consciência dirigente para o país” (DANTAS, 1955, p. 31).

Desenvolvimento econômico e ascensão das massas ao poder, eis o binômio histórico através do qual se superará a crise brasileira, e é para com esse binômio que temos deveres, nós, os intelectuais. (DANTAS, 1955, p. 31).

Dantas entendia o trabalhismo como um movimento das classes trabalhadoras para reivindicar maior participação nos benefícios da vida social, para elevar seu padrão de vida, sua condição econômica e cultural. Apesar de considerar que homens e posições socialistas tinham espaço dentro do trabalhismo, ele defendia a superioridade do regime de livre empresa: “O trabalhismo [...] é uma doutrina que procura assegurar o progresso social e procura no meu entender, assegurar o progresso social, inclusive, preservando dêsse modo, o sistema de livre empresa” (DANTAS, 1958, p. 4).

No Brasil, o Dantas defendia que o principal programa do trabalhismo consistia na transformação do país em uma sociedade plenamente desenvolvida, conjugando a elevação do nível de bem-estar do povo e a preservação da independência econômica do país, “através de uma atitude intransigentemente nacionalista de defesa das nossas riquezas” (DANTAS, [1959] 1983, p. 85). Dessa forma, pensava que também aos industriais e aos homens de empresa interessava o fortalecimento do trabalhismo enquanto força política e social

Seu primeiro discurso no parlamento (DANTAS, [1959] 1983), em março de 1959, foi dedicado ao principal tema em torno do qual a sociedade brasileira se dividiria durante a crise pré-golpe: as reformas de base²⁴. Representando a posição que o PTB adotaria na arena legislativa a partir do começo daquela legislatura, Dantas fixou o objetivo principal do partido em defender o

²³Na conferência, Dantas perguntou-se: “Não é possível, porém, pensar no desenvolvimento de uma sociedade sem pensar em quem deve realizá-lo. [...] Quem deve realizar o desenvolvimento brasileiro, através do qual a entidade nacional a que pertencemos encontrará a expressão plena de suas virtualidades?”. Para ele, esse constituía um problema central, comparando as condições brasileiras às da Alemanha no começo do século XX: “Esse problema esteve no centro das reflexões de Fichte, quando, em circunstâncias históricas, com as quais ousou lóbrigar nas nossas uma profunda afinidade, lançou os seus Discursos à Nação Alemã”. (DANTAS, 1955, p. 30).

²⁴“No final do período JK, quando as reivindicações populares passaram a ter um caráter acentuadamente reformista, incluindo em sua pauta, de forma definitiva, uma proposta primordial de reforma agrária, a aliança PSD-PTB foi definitivamente desestabilizada, uma vez que os interesses dos grupos conservadores do PSD, que eram hegemônicos no partido, foram fortemente ameaçados pela perspectiva do confisco de terras e de reformulação das regras de exercício do jogo de poder no campo.” (DELGADO, 1989, p. 184).

processo de industrialização intensiva e o desenvolvimento no Brasil conjugado com a distribuição da riqueza nacional, de modo a combater as três desigualdades que se aprofundavam e ameaçavam a solidariedade social no país: as desigualdades entre os que vivem do lucro e os que vivem do trabalho, as desigualdades entre regiões ricas e pobres (devido à afluência dos benefícios da industrialização a estados do sudeste, sobretudo São Paulo) e as desigualdades entre o campo e a cidade (DANTAS, [1959] 1983, p. 77). Assinalou que o Brasil estava vivendo uma “autêntica crise social e econômica” aprofundada pela intensificação do processo inflacionário, “em que se destrói o salário e se esgotam a resistência e a confiança das classes médias e populares” (DANTAS, [1959] 1983, p. 75).

No plano internacional, as manifestações populares violentas ocorridas em Caracas contra o vice-presidente dos EUA, Richard Nixon, em maio de 1958, e a Revolução Cubana, vitoriosa em 1º de janeiro de 1959, corroboravam o argumento que Dantas vinha defendendo desde 1951 de que a sobrevivência dos regimes democráticos dependia da elevação do nível de vida das populações. Em agosto deste ano, Dantas defendeu esse ponto de vista na Vª Reunião de Consultas de Chanceleres Americanos, no Chile, convocada para tratar das instabilidades políticas na América Central²⁵, enquanto membro do parlamento na delegação brasileira.

Em consonância com a postura brasileira, San Tiago procurou defender que a democracia era fruto de um processo histórico, não-linear, constituído de avanços e deslizos, que no caso latino-americano era dificultado pela existência de grande pauperismo e desigualdades sociais e pela ingerência estrangeira em assuntos internos, sobretudo historicamente do governo e de empresas norte-americanas. Apesar de concordar com o estabelecimento de parâmetros básicos para definir o conceito de democracia representativa, a Declaração de Santiago deveria servir, antes de tudo, como forma de guiar os esforços dos países na direção da democracia, de forma alguma para motivar uma intervenção externa nos países²⁶:

San Tiago e a delegação brasileira insistiram sobretudo na tese de que, mais eficiente que uma solução radical como uma intervenção, seria importante estimular as condições para o florescimento e a prática dos regimes democráticos no continente, ou seja, a superação do subdesenvolvimento, por meio da cooperação econômica entre Estados Unidos e os países

²⁵A reunião tinha como objetivos (1) considerar a crise no Caribe sob seus múltiplos aspectos e (2) estabelecer parâmetros para o respeito aos valores do sistema americano, sem desconsiderar os princípios de não-intervenção.

²⁶Sobre a Declaração de Santiago, Dantas diz: “Ela não representa uma convenção, nem pode servir de base para a Organização dos Estados Americanos, ou mesmo um Estado ou grupo de Estados, se imiscuem nos negócios internos de um deles para julgar o seu regime político e aplicar sanções de qualquer natureza. Ela constitui, antes, como se acha declarado num de seus considerandos, um instrumento de opinião pública, que servirá para aprimorar o sentido democrático, que desejamos exaltar na vida americana e ao mesmo tempo abrirá caminho para que, no futuro, possa ser constituído, à sombra da Organização dos Estados Americanos, um sistema de controles efetivos, compatível com o respeito das soberanias e com a observância do princípio de não-intervenção”. (DANTAS, [1959] 2009, p. 55-56).

latinoamericanos:

Se o florescimento da ordem democrática em nossa comunidade regional depende do desenvolvimento econômico e se o desenvolvimento econômico, por sua vez, depende da cooperação internacional, é claro que entre esta e o fortalecimento da democracia existe um nexo de causalidade indisfarçável, ao qual cumpre dar adequada expressão jurídica. Por êsse motivo propôs a Delegação brasileira que entre os traços do regime democrático na América, consagrados na Delegação de Santiago, figurasse o dever de os Estados cooperarem entre si para o desenvolvimento de suas economias e a melhoria de condições de vida de suas populações, tendo em vista, como objetivo final, o fortalecimento do regime democrático. (DANTAS, [1959] 2009, p. 55).

Essa visão de que democracia, desenvolvimento e reformas sociais estavam intimamente imbricados constituiu o cerne de seu pensamento político nas décadas de 1950 e 1960, sobretudo dos projetos políticos aos quais esteve à frente na política nacional no governo de João Goulart, de setembro de 1961 a março de 1964. Diante da conjuntura interna e externa, houve mesmo uma radicalização dessa visão e da defesa dessas ideias, como assinalou Marco Aurélio Garcia:

Sua radicalização pessoal, como ele mesmo caracterizou, a transformação político-ideológica por que passou, decorriam de uma percepção aguda dos limites do processo que se iniciara nos anos 30 e que nos anos 50 se exacerbava no dramático final do governo Getúlio, em 54, e na euforia desenvolvimentista do período JK. O quadro internacional favorecia uma nova percepção sobre o momento pelo qual o país passava e sobre as questões que estavam em jogo, ainda que persistissem as tensões da Guerra Fria, começavam a surgir alternativas internacionais à essa polarização. Os elementos dessa mudança são: o acelerado movimento de descolonização, a articulação dos não alinhados em Bandung e em nosso continente, e a Revolução Cubana. (GARCIA et al., 2012, p. 11–12).

A Política Externa Independente que caracterizou a gestão de San Tiago no Ministério das Relações Exteriores, entre setembro de 1961 e junho de 1962, é exemplo dessa radicalização. Se em sua extensa experiência internacional anterior havia defendido um aprofundamento da estratégia americanista brasileira, como chanceler, Dantas deu continuidade e robustez conceitual à política externa globalista e independentista iniciada na gestão de Jânio Quadros e Afonso Arinos. Ainda assim, é nítida a vinculação da PEI com sua visão de mundo formulada anteriormente, de forma que Dantas a apresentou como uma política integrada com a política econômica e social, de caráter desenvolvimentista reformista, que se perseguia internamente:

Na origem de cada atitude, na fixação de cada linha de conduta [da PEI], estava sempre presente uma constante: a consideração exclusiva do interesse do Brasil, visto como um país que aspira (i) ao desenvolvimento e à emancipação econômica e (ii) à conciliação histórica entre o regime democrático representativo e uma reforma social capaz de suprimir a opressão da classe trabalhadora pela classe proprietária. (DANTAS, [1962] 2011, p. 9).

A PEI pretendia obter a inserção internacional autônoma do Brasil em relação aos blocos político-militares da Guerra Fria a partir do aprofundamento do desenvolvimento econômico

nacional e da defesa de princípios na política internacional que fossem ao encontro das aspirações vitais de países periféricos. Os principais pontos defendidos por Dantas eram a preservação da paz, por meio do desarmamento e da prática da coexistência entre Ocidente e União Soviética; o princípio da não intervenção e da autodeterminação dos povos, que constituíam um grande trunfo para os países com menor poder militar; a ampliação do mercado externo brasileiro, com o reatamento de relações comerciais com o bloco socialista e o fomento ao comércio intra bloco latinoamericano; o apoio à descolonização; e a defesa da cooperação econômica internacional por meio de planos de desenvolvimento “formulados pelos próprios países e aplicados por seus órgãos nacionais” (DANTAS, [1962] 2011, p. 17).

No livro *Produtividade: aspectos institucionais* (DANTAS, 1962) e em seus discursos como Ministro da Fazenda (1º semestre de 1963), Dantas procurou defender a necessidade do desenvolvimento econômico brasileiro se dar de forma concomitante à distribuição de renda. Seu argumento era de que não era mais possível, numa sociedade em que a superestrutura política já se encontrava evoluída (a classe trabalhadora já se constituía como ator político, em uma estrutura democrática), a classe proprietária esperar manter desníveis de renda em patamares tão elevados.

O desafio que pesa sobre os países como o nosso, e para o qual nós temos de achar a resposta, é exatamente este: temos de descobrir um meio de desenvolver o País, de aumentar o seu nível geral de produtividade, de conseguir exaltar a sua propensão a consumir, sabendo, desde já, que não poderemos deixar de fazer acompanhar as medidas econômicas que tomarmos nesse sentido de medidas sociais, cujo objetivo é melhorar a distribuição social da riqueza, e encontrar a fórmula de elevar a participação das classes trabalhadoras no produto nacional, dando-lhes condições de segurança que estejam de acordo com essa aspiração comum que hoje já não pode mais ficar confinada dentro de uma classe proprietária. (DANTAS, 1962, p. 18).

Em outubro de 1963, já bastante debilitado por sua doença, realizou um dos seus últimos e mais importantes discursos, em agradecimento ao prêmio “Homem de Visão de 1963”, intitulado *Ideias e rumos para a Revolução Brasileira* (DANTAS, 1963), no qual expressou de forma mais completa e clara seu pensamento político. San Tiago resumiu logo no início, em duas afirmações, as bases sobre as quais o seu projeto político estava assentado:

- a) a certeza de que a sobrevivência da democracia e da liberdade, no mundo moderno, depende de nossa capacidade de estendermos a todo o povo, e não de forma potencial, mas efetiva, os benefícios, hoje reservados a uma classe dominante, dessa liberdade e da própria civilização;
- b) a certeza de que a continuidade da civilização, com o seu resultado final que é a reconciliação dos homens, depende da nossa capacidade de preservar a paz, substituindo a competição militar entre os povos por técnicas cada vez mais estáveis de cooperação e de convivência, e caminhando para uma integração econômica que nivele as oportunidades, com a rápida eliminação dos resíduos do imperialismo e das rivalidades nacionais. (DANTAS, [1963] 2004b, p. 330–331).

Dantas entendia, portanto, que a democracia era um objetivo inalienável da civilização

moderna e que a superação de todas as formas de opressão só conseguiria se dar nas sociedades por meio dela. A reforma social que empreendesse uma redistribuição da renda social (através do salário, dos serviços coletivos e dos investimentos no setor público e privado) figurava como indispensável para aprimorar e dotar de maior legitimidade a democracia. Para que a sociedade brasileira como um todo pudesse exercer a liberdade e desfrutar dos benefícios da civilização, superando a grave crise de desorganização pela qual passava, ela deveria estar unida em torno de um projeto nacional, uma iniciativa regeneradora com um sentido global para o país que “ou envolve o comportamento de todo o Governo, para estender-se, em seguida, ao de todo o país, com a solidariedade ativa de todas as classes sociais, ou deixa abertas frestas, por onde se anulará o esforço e se restaurará a marcha para a desordem” (DANTAS, [1963] 2004b, p. 334).

Somente com um projeto nacional, poderia se realizar a “autêntica revolução brasileira”, com a qual o país poderia “libertar-se de condições herdadas do passado, contrárias à consolidação do seu desenvolvimento” (DANTAS, [1963] 2004b, p. 335). Ou o povo e as (frações modernas das) elites brasileiras realizavam a revolução brasileira, assimilando os avanços da técnica e da cultura moderna já incorporados pelos países desenvolvidos, aproveitando-se da nova era de prosperidade que se abria nas relações internacionais, ou seria cada vez mais difícil alcançá-los. O risco era que o país entrasse numa era de neo-subdesenvolvimento, como afirmaria no discurso *ALALC e o neo-subdesenvolvimento*, em janeiro de 1964:

Estou sinceramente convencido de que a América Latina, hoje, está em face de um problema que a todos nos deve preocupar - o problema do refinamento da tecnologia mundial, do avanço da ciência, do avanço das soluções técnicas que, cada dia, se tornam mais dispendiosas, mais difíceis, mais capazes de colocar em posição vantajosa os povos que as adotam em primeiro lugar. [...] Estamos correndo um risco de ficarmos numa nova era de sub-desenvolvimento. Creio que não há alarmismo em dizer que o que nos resta é o perigo do neo-subdesenvolvimento. (DANTAS, 1964, p. 13-14).

Em seu projeto desenvolvimentista reformista, defendido nesses anos, a política externa constituía um instrumento central no combate ao subdesenvolvimento, mas diferentemente da fase anterior, Dantas defendeu uma postura crescentemente autonomista em relação aos EUA e apostou em uma estratégia multilateral e integracionista combinada com os demais países latino-americanos.

Conclusões

Tanto na direção e como advogado de empresas, quanto na política e na esfera intelectual, Dantas esteve entre os principais defensores do projeto desenvolvimentista e tradutores desse ideário para a legislação e as políticas públicas brasileiras, em especial para a política externa. Para além de sua conhecida e polêmica atuação como Ministro das Relações Exteriores do governo

parlamentarista de João Goulart (1961-1962), destacou-se a ampla e variada experiência de Dantas como pensador e operador da PEB desde a década de 1940.

Apesar de seu pensamento e atuação apresentarem fortes linhas de continuidade entre os dois momentos identificados de sua trajetória (como o diagnóstico do subdesenvolvimento, e o papel central da política externa e dos capitais públicos e privados estrangeiros em sua superação), houve variações importantes que refletiam a sua adesão a duas formas distintas de se pensar o projeto de desenvolvimento nacional.

Durante os governos Dutra e Vargas, Dantas esteve vinculado ao grupo de desenvolvimentistas do setor público não nacionalista a frente do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Fazenda. Nesse momento, Dantas defendeu que o Estado brasileiro, sem cair no “dirigismo econômico”, deveria ter um plano de atração de capitais estrangeiros públicos e privados (sobretudo dos Estado Unidos) e de direção desses investimentos em alguns setores estratégicos da economia nacional. Na política externa, elaborou argumentos e estratégias para tentar conseguir dos EUA um “Plano Marshall” para o Brasil.

A partir de 1955, e mais fortemente após 1959, seu projeto desenvolvimentista incorporou aspectos reformistas e distributivistas que deveriam acompanhar as políticas de industrialização e crescimento econômico. A sua Política Externa Independente apostava na busca da autonomia externa em relação aos blocos capitalista e socialista e na integração com o bloco latino-americano como formas de garantir os recursos necessários ao desenvolvimento intensivo e à superação das desigualdades entre as classes sociais e os países.

Referências

BARBOSA, A. DE F.; KOURY, A. P. Rômulo Almeida e o Brasil desenvolvimentista (1946-1964): ensaio de reinterpretação. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. spe, p. 1075–1113, dez. 2012.

BARROS, A. DE S. A formulação e implementação da Política Externa Brasileira: o Itamaraty e os novos atores. In: MUÑOZ; TULCHIN (Eds.). **América Latina e a Política Mundial**. São Paulo: Convívio, 1986. v. 116.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: IPA/INPES, 1988.

CEPÊDA, V. A. Entre a economia e a política: os conceitos de periferia e democracia no desenvolvimentismo de Celso Furtado. **Sinais Sociais**, v. 7, n. 19, p. 88–119, ago. 2012a.

CEPÊDA, V. A. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo: um balanço histórico.

Estudos Avançados, v. 26, n. 75, p. 77–90, ago. 2012b.

CERVO, A. L. **Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. São Paulo: Saraiva, 2007.

CHEIBUB, Z. Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. **Dados**, v. 28, n. 1, p. 113–131, 1985.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA INDUSTRIAL E COMERCIAL. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conselho-nacional-de-politica-industrial-e-comercial-cnpic>>. Acesso em: 4 mar. 2021.

CORRÊA, L. F. DE S. (ED.). **O Brasil nas Nações Unidas (1946-2006)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

DANTAS, S. T. Crise como desajustamento da cultura. **Diário Carioca**, p. 1–2, 14 dez. 1947.

DANTAS, S. T. Investimentos estrangeiros no Brasil. **Digesto Econômico**, v. VI, n. 62, jan. 1950.

DANTAS, S. T. **Sugestões sobre a posição do Brasil com relação ao item II da agenda**. 1954. Fundo San Tiago Dantas, Arquivo Nacional, AP 47.

DANTAS, S. T. **A crise brasileira e o dever dos intelectuais**. 7 out. 1955. Fundo San Tiago Dantas, Arquivo Nacional, AP 47.

DANTAS, S. T. **Entrevista à TV Tupi (em 27 de novembro de 1958)**. 1958. Fundo San Tiago Dantas, Arquivo Nacional, AP 47.

DANTAS, S. T. **Produtividade: aspecto institucional**. Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil, 1962.

DANTAS, S. T. **Ideias e rumos para a revolução brasileira: discurso de San Tiago Dantas na homenagem que lhe foi prestada como “Homem de Visão de 1963” pela revista Visão**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963.

DANTAS, S. T. **A ALALC e o neo-subdesenvolvimento: conferência na reunião preparatória da II Convenção de Empresários Participantes da ALALC, São Paulo, 29/01/1964**. São Paulo: [s.n.], 1964.

DANTAS, S. T. **Discursos parlamentares**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983.

DANTAS, S. T. Emergência e Desenvolvimento. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 27, n. 105–108, 1984.

DANTAS, S. T. **Problemas de Direito Positivo: estudos e pareceres**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004a.

DANTAS, S. T. Discurso proferido por Francisco Clementino San Tiago Dantas em agradecimento pelo prêmio “Homem de Visão de 1963”, outorgado pela Revista Visão. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, jul. 2004b.

DANTAS, S. T. **Coletânea de textos sobre política externa**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

DANTAS, S. T. **Política Externa Independente**. 2. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

DANTAS, S. T. **Poder Nacional, Cultura Política e Paz Mundial**. Rio de Janeiro: ESG, 2014.

DANTAS, S. T. Direito privado brasileiro: aspectos gerais de sua evolução nos últimos cinquenta anos. **civilistica.com**, v. 4, n. 2, p. 1–10, 2015.

DELGADO, L. DE A. N. **PTB: do reformismo ao getulismo (1945-1964)**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DE-MATTIA, F. M. Legado multidisciplinar de Francisco Clementino de San Tiago Dantas. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, v. 95, p. 519–541, 1 jan. 2000.

FARIA, C. A. P. DE. Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 2, p. 80–97, 2008.

FARIA, J. E. Juristas fora da curva: três perfis. **Revista Direito GV**, v. 12, n. 2, p. 272–310, 1 maio 2016.

FARIAS, R. DE S. **O Brasil e o GATT (1973-1993): unidades decisórias e política externa**. Curitiba: Editora Juruá, 2009.

FIGUEIRA, A. C. R. **Processo decisório em política externa no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciência Política)—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

GARCIA, M. A.; SABOIA, G.; ET AL. **O centenário de San Tiago Dantas e a Política Externa Independente**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

GOMES, Â. DE C.; FERREIRA, J. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GOMES, Â. M. DE C. Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas. In: GOMES, Â. M. DE C. (Ed.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GONÇALVES, W. San Tiago Dantas: Democracia, Autonomia e Desenvolvimento. **Cadernos de Estudos Estratégicos (CEE - ESG)**, n. 9, p. 185–199, jul. 2010.

LOPES, D. E.; FARIA, C. A. P.; CASARÕES, G. Mudanças institucionais no Itamaraty, ethos corporativo e mitigação do insulamento burocrático do serviço exterior brasileiro. **Anais do 7º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)**, 2010.

LUZ, N. V. **A luta pela industrialização do Brasil**. [s.l.] Editora Alfa Omega, 1975.

MIRANDA, G. F. **O poder mobilizador do Nacionalismo: integralistas no Estado Novo**. Dissertação (Mestrado em História)—Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro,

2009.

MISSÃO ABBINK. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/missao-abbink>>. Acesso em: 4 mar. 2021.

MOREIRA, M. M. Introdução: a vida e obra de San Tiago Dantas. In: DANTAS, S. T. (Ed.). . **Discursos parlamentares.** Perfis parlamentares 21. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983.

NASSIF, L. Os amigos Francisco e Augusto. **Folha de São Paulo**, 19 jan. 2003.

ONOFRE, G. DA F. **Em busca da esquerda esquecida: San Tiago Dantas e a Frente Progressista.** Rio de Janeiro: FGV - CPDOC, 2012.

PETROCCHI, R. San Tiago Dantas: a política externa como instrumento de reforma social e de democracia. **Carta Internacional**, v. 10, n. 2, p. 81–96, dez. 2015.

PUNTIGLIANO, A. R. Going global: an organizational study of brazilian foreign policy. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 1, p. 28–52, 2008.

RIBEIRO, R. F. San Tiago Dantas e a política externa para o desenvolvimento na década de 1950. **Revista NEIBA - Cadernos Argentina-Brasil**, v. 5, p. 1–10, 2016.

RIBEIRO, R. F. **San Tiago Dantas: ideias e rumos para a Revolução Brasileira (1929-1964).** Tese (Doutorado em Ciência Política)—São Carlos: UFSCar, 2021.

SERRA, C. A. **O pensamento político de San Thiago Dantas: uma análise crítica da conjuntura político-ideológica de 1958-1964.** Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas e Sociais)—Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1991.

SOLA, L. **Idéias econômicas, decisões políticas.** São Paulo: Edusp/Fapesp, 1998.

VEDOVELI, P. E. **Continuidade e mudança na história intelectual diplomática brasileira: uma análise da construção da tradição.** Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)—Rio de Janeiro, Brasil: PUC-RJ, 2010.

VIZENTINI, P. G. F. **Relações Exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente.** Petrópolis / Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

VON DOELLINGER, C. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.